

Quando haverá nomeação do concurso unificado da JE?

As primeiras nomeações acontecerão em breve! Estamos iniciando os procedimentos para nomear 87 técnicos judiciários, sendo 80 da área administrativa e 7 programadores de sistemas. Serão duas turmas: a primeira com 7 programadores e 40 administrativos e a segunda com 40 da área administrativa.

Na primeira, os programadores devem ser nomeados dia 27/6, com posse dia 4/7. Na área administrativa, a nomeação está prevista para 25/7 e a posse para 8/8, no Insepe (programa de ambientação). Na segunda turma, as nomeações devem acontecer em 1º/8 e o Insepe no dia 15/8.

Os programadores serão lotados na STJ e os técnicos administrativos podem ir para as ZEs ou secretaria. O objetivo é preencher todos os cargos vagos, mas isso depende de provimento do TSE.

O concurso de analista deve ser homologado no início de agosto, quando poderemos realizar os procedimentos necessários para as nomeações.

Tem alguma dúvida sobre a SGP? Envie para secoi@tre-sp.jus.br e participe do próximo "SGP responde".

26 NASCIDO A NOVE DE JULHO

Mais do que uma guerra civil, talvez a última no Brasil, a Revolução Constitucionalista de 1932 teria sido só uma reação da oligarquia cafeeira paulista aos desmandos de Getúlio Vargas?

Após décadas da República Velha, a irresignação à eleição presidencial de 1930 uniu grupos de diversos Estados para um golpe de estado e a instauração do Governo Provisório, sob a chefia de Vargas. Em 29 de outubro desse ano, a caminho do Rio de Janeiro, o futuro chefe passou pela capital paulista e mostrou insinceridade, bem demonstrada na solenidade de inauguração da [exposição "A Revolução em 32 quadros e o pincel constitucionalista"](#) no Espaço Democrático Poeta Paulo Bomfim.

A nova estrutura formava-se sem a legitimidade da sociedade civil, por meio de interventores, conselhos consultivos, decretos e decretos-leis e outros instrumentos de repressão. Direitos e garantias fundamentais, principalmente o habeas corpus, foram limitados; e o Tribunal Especial, corte de exceção que era a longa manus do presidente, poderia apreciar e julgar qualquer crime e na ditadura do Estado Novo se tornaria o Tribunal de Segurança Nacional.

Contra esse regime excepcional, não apenas a elite, como o empresário Francisco Matarazzo e o jornalista Júlio Mesquita Filho, o promotor do júri Ibrahim Nobre e o jurista Plínio Barreto, mas também e, principalmente, as camadas populares buscavam uma nova Constituição Federal, na rádio e em manifestações de rua.

1932 foi turbulento. Em decreto de 24 de fevereiro, foi instituído o Código Eleitoral e criada a



Justiça Eleitoral, com instalação e organização no Palácio da Justiça, enquanto ocorria vultosa passeata paulistana. A Assembleia Constituinte foi convocada em 14 de maio, mas comissão presidida pelo Ministério da Justiça e Interiores elaborou o anteprojeto de Constituição. Na noite de 23 de maio de 1932, na Praça da República, capital paulista, tombaram Mário Martins de Almeida, Euclides Bueno Miragaia, Dráusio Marcondes de Souza e Antonio Américo de Camargo Andrade (em 12 de agosto perecia Orlando de Oliveira Alvarenga): o luto ganhou as ruas da capital e virou o movimento popular MMDC. Em 9 de julho, iniciou-se a guerra civil entre paulistas e outros brasileiros, com forte adesão da população, destacando-se estudantes, escoteiros e populares como Maria Soldado e a Dra. Carlota Pereira de Queirós. Após terríveis combates nas trincheiras no interior do estado, com bombardeios de aviões e ataques de carros de combate, milhares de pessoas mortas e feridas, em 2 de outubro encerraram-se as hostilidades. São Paulo perdeu a batalha, mas não a guerra. Para manter o Governo Provisório, Vargas foi obrigado a convocar a Assembleia Constituinte e as eleições gerais, que foram realizadas em 3 de maio do ano seguinte.

Naquele dia em que a população pegou em armas contra a ditadura varguista, o ideal democrático incorporou-se à sociedade paulista e se espalhou pelo país.

Luiz Alexandre Kikuchi Negrão